

Capítulo 8

Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações

Robert Cabanes

Introdução

O INTERESSE PELO espaço privado e pela família impõe como tarefa a descrição da articulação entre o espaço privado e as diversas facetas do espaço público oficial (trabalho, política, religião) ou clandestino (narcotráfico), bem como a observação das evoluções mais significativas que emolduram suas relações. Esses espaços de relações sociais implicam em regras e contradições particulares e têm impactos diferenciados sobre as diversas modalidades de constituição do espaço privado.

Este texto se debruça sobre as famílias “operárias e populares”, que, sem dúvida, foram mais afetadas pelas perdas e transformações de referências no espaço público nos últimos vinte anos e que foram, mais do que as outras, forçadas a construir novas referências no espaço privado. Para descrever essa evolução, recolhemos histórias biográficas de famílias e seguimos os itinerários de mobilidades sociais, ascendentes, descendentes ou estacionárias, assim como as variações de função, tamanho e relações próprias a cada família. Os itinerários são individuais (profissionais) ou coletivos (residenciais); referem-se eventualmente às práticas sociais que dizem respeito ao uso dos servi-

ços públicos, semipúblicos e privados (escola, saúde, consumo, lazer), assim como às práticas culturais e identitárias.

As tendências relativas aos percursos que se inscrevem entre uma situação anterior já conhecida e um ponto de chegada, igualmente conhecido, poderiam ser apreendidas por meio da utilização de ferramentas estatísticas; mas nosso interesse repousa prioritariamente em processos, mecanismos ou acontecimentos de transição. O percurso das famílias resulta em diferentes “lugares” ou pontos de chegada, tomando caminhos que se pretendem qualificar por meio de um eixo de articulação entre as formas assumidas pelas relações internas às famílias e as formas das relações com o mundo social: formas de relações imediatamente presentes no seu ambiente social e formas de associação e de organização de maior envergadura (partidos, sindicatos, religiões).

É geralmente sob o ângulo do indivíduo, masculino ou feminino, que se observa a articulação com o mundo social. No entanto, parece-nos impossível passar por cima do patamar da família, instituição e forma viva que representa a forma de base da existência social, o ponto de articulação inevitável com os espaços públicos. De um lado, seria possível dizer que é na família que se articula a primeira relação social matricial associada à relação interindividual (como as múltiplas formas de amor), uma relação social de gênero que se atualiza sobre as mesmas bases que as outras relações sociais (dimensões de igualdade, de justiça, de equidade ou de dominação) e que confere uma primeira forma à relação com o espaço público. De outro, as lutas feministas contemporâneas provocaram um crescimento no papel das mulheres no espaço público – do trabalho em primeiro lugar e, em seguida, da cidade – e redefinem os papéis internos à família e às posições de gênero no espaço privado. Neste artigo, o conceito de espaço privado se refere à constituição de um espaço de relativa autonomia capaz de vincular as articulações interativas com os espaços públicos; o termo família se refere a uma ausência de relativa autonomia e a uma determinação apenas unívoca proveniente dos espaços públicos.

Essa interação poderia ser enfatizada na literatura sociológica¹ como uma narrativa em três movimentos: um primeiro que se situa em uma ordem feudal e, em seguida, monárquica, em que a família aparece em suas fortes

¹ Faz-se aqui referência ao dossiê *Comprendre le lien familial*, publicado na revista *Philosophie et Sciences Sociales*, n. 2, 2001. Em especial nos artigos de: Jacques Commaille e Claude Martin, “La repolitisation de la famille contemporaine”, p. 129-150, de Patrick Cingolani. “La famille entre ordre social et indétermination démocratique”, p. 151-168, e ainda Geneviève Fraisse. “Gouvernement de la famille, gouvernement de la cité”, p. 169-184.

relações de desigualdade e de dependência como matriz do político; um segundo movimento, a partir da Revolução Francesa, em que o espaço público se coloca como espaço da igualdade, isolando-se do espaço privado que foi relegado à gestão das mulheres, sobretudo para afastá-las das eventuais contaminações vindas de um espaço público “democratizado”, mais do que para reconhecer sua autonomia nesse domínio. De fato, dois lugares hierarquizados de poder se constituem, nos quais o espaço privado se subordina ao espaço público e se destina ao papel de formação dos futuros cidadãos, atores e responsáveis pelo governo da cidade, isto é, apenas aos homens. Os conflitos de gênero só podem existir nesse espaço e no quadro de sua subordinação; ao mesmo tempo, a família se torna objeto de controle das políticas públicas. O terceiro momento é o atual, em que o estatuto do espaço privado ganha equivalência ao do espaço público (já que o espaço privado foi declarado unanimemente como político, tanto pelos homens como pelas mulheres, em 1968) e se autoriza a explicitar “seu modo de ser, suas relações sociais” como “modelo político de realização do projeto democrático”.²

Um desdobramento recente desse modo de existência poderia opor o “individualismo positivo” do espaço privado, portador de aspirações de igualdade tanto no espaço privado como no espaço público, ao “individualismo negativo” do espaço público da economia, portador das relações de força impostas e intensificadas pelo capitalismo neoliberal. Este último, invertendo as deliberações do espaço público político, por um lado, e agravando as condições de vida de uma boa parte das classes trabalhadoras, por outro, suscita a emergência de novas modalidades de expressão, as modalidades que passam por fora do trabalho, pelos “costumes”, “a reivindicação dos direitos do homem e das liberdades fundamentais” em que a busca dos ideais de identidade e autenticidade, substituem as formas habituais de expressão dos interesses “de classe”. Por outro lado, todos aqueles cuja posição se agrava no mercado de trabalho vêem suas capacidades de representação e expressão se reduzirem a ponto de se tornarem socialmente invisíveis: seus direitos são reduzidos, por vezes reinterpretados em termos assistenciais; as economias clandestinas ou a violência constituem seus próprios “direitos”; a religião pode representar uma saída; a família pode ressurgir como um forte lugar de solidariedade primária. Em meio a essas evoluções contraditórias, o espaço privado se encontra, então,

² “O espaço privado desenvolveria assim um modelo de ser e de relações sociais que seriam suscetíveis de se impor como modelo político, como modelo de realização do projeto democrático”. Cf. COMMAILLE; MARTIN, op. cit., p. 146.

solicitado de duas formas opostas: por cima, como espaço matricial de reivindicações da sociedade civil à procura de novas formas de organização; por baixo, como uma última forma de resistência à “vida nua”.

Daí surge o interesse em observar os percursos de longa duração dos membros de cada família em suas diversidades. Eles podem se referir a um projeto familiar explícito – e, neste caso, trata-se de observar a adequação ou a não-adequação dos meios em relação aos objetivos e explicitar as razões de suas defasagens. Podem, ao contrário, se apresentar como incertezas que interdita a expressão de projetos e de esperanças – trata-se, então, de descrever a gênese de uma ausência ou de uma desconstrução. Em todos os casos, trata-se de descobrir nesses encadeamentos de cada trajetória individual e familiar onde se mesclam o planejado e o imprevisto, os acontecimentos individuais ou coletivos que induzem transformações de orientação.

A história da família não se fecha em si mesma; ela diz respeito à articulação de seus membros no “tempo social” que atravessam. É nessa relação com o tempo social que é possível posicionar tanto o conjunto dos indivíduos quanto o das famílias em sua relação recíproca; é esse posicionamento que nos interessa, assim como a relação de interação que esse posicionamento mantém com as relações internas à família. O período observado abrange duas gerações, cada qual em relação a “seu” tempo. Podemos, então, observar a passagem da primeira geração e o tempo social em que está envolvida a segunda geração, a geração dos filhos, assim como a relação entre essas duas gerações.

No contexto brasileiro atual, como caracterizar a ruptura neoliberal dos anos 90 e o novo tempo social que ela inaugura, em particular nas suas repercussões sobre a família? Como definir as relações entre espaços públicos e espaço privado? Não se trata de analisar as políticas públicas da União, dos Estados e das municipalidades, que tomam as famílias como alvo, mas simplesmente de observar o efeito dessas políticas sobre o mercado de trabalho e sobre as próprias famílias. E, ainda, de observar e assinalar as respostas e as modificações de estratégia das famílias, de uma geração à outra, através de suas práticas sociais e de suas representações.

Contextualização e hipóteses

A hipótese de partida é a de que, no mundo atual, o grupo doméstico e, de modo mais geral, o espaço privado, poderia se tornar um núcleo central de relações sociais por três razões: observa-se o desaparecimento ou o enfraque-

cimento das mediações sociais, que, de modo mais ou menos acentuado segundo as nações, as classes populares de trabalhadores assalariados estabeleceram para assegurar sua proteção; a obrigação de fazer face ao agravamento das condições de vida constitui a família popular³ como um último lugar de resistência e de elaboração de reivindicações; a família ou o espaço privado experimentam um processo interno de interação e de democratização em um mundo que caminha por processos inversos.

O contexto de migração e de urbanização intensa que teve início nos anos 50 no Brasil inaugurou uma transição. A grande família patriarcal – sem dúvida de modo semelhante à Europa feudal e monárquica de onde ela provém –, com uma ordem interna quase imutável, se inscrevia naturalmente no universo público como um prolongamento de seu universo privado,⁴ sob a forma da proteção e do favor; ela pode ainda se constituir como referência, mas, nos meios urbano e popular desde o século XIX, essa é uma referência em vias de desaparecimento:⁵ certamente, o grupo doméstico e a família nuclear que nascem então, continuam a fazer parte de uma família estendida, ainda que muito freqüentemente dispersa, e asseguram de uma certa maneira o prolongamento do antigo esquema do “homem provedor” e da mulher “dona de casa”. Entretanto, uma mudança importante aparece com o advento da autonomia do casal que se redefine nesse quadro não mais como um conjunto genealógico dado e imposto, mas como um conjunto de pessoas (o que compreende os de fora da família) “com as quais se pode contar”,⁶ em um espírito de reciprocidade que se estende ao longo do tempo.

A família conjugal restrita nasce desse reencontro entre, por um lado, um patriarcado enfraquecido pela urbanização que ressurgue sob a forma do

³ A família de classe média foi igualmente atingida por esse processo, mas geralmente ela tem meios de superar as dificuldades por sua conta, diferentemente das famílias populares, que buscam solidariedade em múltiplas fontes e por múltiplos caminhos.

⁴ CABANES, Robert. *Travail, famille, mondialisation*. Paris: Karthala-Ird, 2002. (Annexe 2, Le groupe domestique ouvrier, 435-449).

⁵ Mariza Correa sublinha a raridade das uniões legais nas cidades ao longo do século XIX e a importância do número de lares dirigidos por mulheres sozinhas. Cf. CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Colcha de retalhos, estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 13-38. A pesquisa histórica atual confirma o fato qualificando-o como uma “descoberta pioneira”. Cf. DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. Contexto; Unesp, 2004 e, em particular, os artigos de Rachel Soibet, “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”, p. 362-400 e Claudia Fonseca, “Ser mulher, mãe e pobre”, p. 510-553.

⁶ SARTI, Cyntia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.

grupo doméstico e da “casa própria”, símbolo de sua independência, e, por outro, a centralidade do matriarcado, massiva entre as classes populares urbanas desde o século XVIII, que se estende até o momento atual, sendo reconfigurada diferentemente quer pela estabilização dos casais em um patamar de igualdade, quer pelo retorno da instabilidade durante as crises e por uma nova retomada da centralidade matriarcal.

Essa transição se acentua durante todo o período da industrialização até o final da década de 80, com a entrada contínua das mulheres no mercado de trabalho: a família nuclear procura os signos de uma estabilização no processo de uma igualdade entre os sexos; nesse processo, é o trabalho que se constitui no principal elemento mediador,⁷ mas também os movimentos sociais que inauguraram modos de ação inéditos na história social brasileira.⁸ Não foi apenas o sindicalismo brasileiro e, mais particularmente, o sindicalismo da região metropolitana de São Paulo, que se opôs ao regime militar nos anos 70 e 80; também os movimentos sociais tiveram um papel muito importante nesse período. Paralelamente e em associação com as reivindicações estritamente operárias, os movimentos relativos à carestia, à saúde, à habitação e à educação foram igualmente potentes, e foram essencialmente compostos e às vezes dirigidos por mulheres. Os problemas até aqui considerados como domésticos adquiriram, por meio desses movimentos, o aval de uma legitimidade pública. Cada qual permanece em seu lugar: os homens nas reivindicações relativas ao trabalho, as mulheres nas que diziam respeito às esferas fora do trabalho. Ganhando expressão no espaço público, o privado se torna público e aí desenvolve seu ponto de vista em termos de justiça social e de direitos sociais. Saindo do quadro familiar a que ainda estava restrito no começo do processo de urbanização e industrialização, o espaço privado se dirige, a partir de então, aos poderes políticos constituídos, mesmo que a divisão do trabalho no espaço doméstico, assim como na vida social, não seja posta em questão.

A partir dos anos 90, a conjuntura atual toma forma: a imposição explícita e deliberada do neoliberalismo é acompanhada de desenvolvimentos específicos e subordinados no plano político. A Constituição de 1988 envolve um processo de descentralização administrativa, ao mesmo tempo em que a revita-

⁷ Pois, apesar da inserção inferior das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho, inferioridade reduzida lentamente, com períodos de estagnação e de retomada, sua simples inserção representa um progresso em relação a uma situação anterior que as restringia ao trabalho doméstico.

⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiência e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

lização da democracia representativa se afirma. Os movimentos sociais enfraquecidos no contexto da mundialização se recompõem ao se articular com os processos de descentralização em curso, e alimentam os procedimentos de democracia participativa, que se superpõem, às vezes de modo conflitivo, com os de democracia representativa. O encolhimento da intervenção do Estado nas políticas sociais, a segmentação das políticas públicas em projetos focalizados, a segmentação dos movimentos sociais em ONGs redefinem, de fato, o lugar do espaço privado.

Está em jogo a constituição de novas formas de individuação que se retraem em relação às ações coletivas e eclodem na ação segmentada, mais preocupada com resultados parciais e de curto prazo. Simultaneamente, o espaço privado se encontra diante de um duplo desafio: o de se adaptar a essas novas formas de ação no espaço público e o de integrar nesse espaço as transformações que se operam em seu interior, onde se desenvolvem de maneira crescente as relações mais igualitárias e mais interativas entre homens e mulheres. Para analisar os grandes traços de reconfiguração da situação atual e dar conta do novo espaço de ação do mundo privado e da família, assim como das diversas faces do espaço público e do espaço dos movimentos sociais, para compreender, enfim, a articulação entre as diversas faces do espaço público e do espaço privado, poderíamos partir de alguns temas que, por meio dos fatos e representações relatados nas narrativas, parecem importantes. Poderíamos retomá-los analisando sua articulação com o espaço privado. Nesses termos, destacam-se as transformações do trabalho e do emprego, as estruturações da democracia local na relação de incerteza entre democracia representativa e democracia participativa, os contextos e relações da esfera religiosa como sintoma de processos de individuação em retração, a infiltração crescente do narcotráfico na vida cotidiana e seu impacto sobre as representações globais da sociedade. As famílias se movem, atravessadas por todos lados, nessas “espécies/ tipos de espaço”, tentando ou não constituir um espaço privado cuja função, sempre potencial e às vezes efetiva, seria a de se posicionar em face das mudanças sociais e da ação social e, conseqüentemente, tentando repensar essa mesma ação.

O espaço privado como matriz de ação social?

Indivíduo, família, espaço privado

O conceito de indivíduo, irredutível porque indivisível entre o nascimento e a morte, é sempre empregado na tensão entre “aquilo que diferencia os homens uns dos outros”⁹ e a “eliminação de todas as propriedades do caso particular para elaborar a definição do que é comum a todos”. Nas duas extremidades dessa tensão estão a luta de cada um contra todos e a indistinção igualitária da massa. Tomando a perspectiva de Elias para observar como o individual e o social se “replicam” para além de seus antagonismos, pode-se incorporar o patamar da família como elemento articulador da cadeia que conduz do indivíduo¹⁰ à sociedade. Frequentemente isolada na condição de objeto para analisar suas relações internas, trata-se aqui de vincular essa análise interna à sua ação social. Desse modo, o conceito de espaço privado parece útil para designar um lugar de relativa autonomia interligado aos espaços públicos. Sem essa relativa autonomia, o espaço privado não existiria, já que seria totalmente definido e determinado pela sociedade global ou pelo espaço público: existiria apenas um universo privado, ou uma vida privada, não um espaço privado. A noção de espaço privado está diretamente vinculada à capacidade de intervenção do espaço privado sobre o espaço público. No momento atual, o reconhecimento da legitimidade da igualdade de sexos contribui fortemente para uma elaboração do espaço privado, assim como das suas relações com os espaços públicos. O que se propõe é justamente perceber essas transformações.

A questão é, então, como descrever, a partir da família, o processo de uma eventual constituição de um espaço privado que entra em interação com o espaço público. A família se encarrega cada vez mais das funções de previdência social que o Estado tinha instaurado para gerir a sociedade salarial do pleno emprego.

⁹ ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris: Fayard, 1991, p. 208, e p. 211, em relação à citação que se segue.

¹⁰ É surpreendente que as questões da relação indivíduo/sociedade geralmente deixem de lado a questão da família ou do universo privado. Tudo se passa como se nosso inconsciente assimilasse a noção de indivíduo à noção de liberdade (a luta de cada um contra todos). Este amálgama que remete às determinações da sociedade global evita o momento da construção da autonomia do universo privado, que frequentemente se faz a dois. Mas não necessariamente: a relação consigo mesmo exige dois locutores – o eu e o si mesmo, em uma só pessoa. E, de outro lado, ignora todos esses indivíduos “pela falta/ *individus par défaut*”, segundo a feliz expressão de Robert Castel, “que se desprenderam dos coletivos protetores que lhes permitiram ser, positivamente, indivíduos”. CASTEL, Robert. *L'individu 'problématique'*. In: SINGLY, François. *Être soi parmi les autres*. Paris: L'Harmattan, 2001.

No processo de enfraquecimento dos coletivos e das mediações sociais do trabalho assalariado, a família, de fato, acaba ficando na linha de frente dessa substituição em todos os países do mundo. Em países como o Brasil, em que a sociedade salarial foi menos desenvolvida, a família conservou, desde sempre, um papel mais importante nessa função de “proteção social”, como também nas estratégias de acesso ao emprego e na diversidade das práticas do trabalho. No momento atual, a família aparece como um elemento estratégico de redefinição e, eventualmente, de reconceitualização do trabalho. Compelida, de um lado, a aprofundar suas estratégias cognitivas e suas práticas sociais em relação ao trabalho, e confrontada, de outro lado, com o processo de descrédito do político pelo econômico, a família foi, de alguma forma, conduzida a ultrapassar seu domínio de ação tradicional, incitada a participar das diversas formas do trabalho social, da filantropia, da economia solidária, dos programas públicos formulados especialmente para ela, por onde quer que essas atividades se desdobrem nos espaços mais amplos do social e nos espaços intersticiais do político e do econômico para assegurar a existência social e o reconhecimento social dos seus membros. Por essas práticas, ela é incitada a formular um julgamento sobre as esferas pública, política e econômica que se misturam. Em face do enfraquecimento das mediações sociais “de classe”, que permitiam agir sobre o político, constitui-se um novo espaço atravessado por mediações sociais diversificadas, segmentadas, aleatórias e contraditórias. Como se constitui, então, o espaço privado em face de cada uma e do conjunto dessas mediações? Em quais condições se subordina e se fragiliza e em quais outras condições se constitui em alternativa ideológica ou modelo de ação? Permanece sem reação diante das novas exigências do capital em relação ao trabalho? Como analisar seu investimento no desenvolvimento das diversas formas do trabalho informal ou autônomo? E, na medida em que o espaço público se abre a novas formas de participação democrática, como a esfera familiar intervém aí? Quais as correspondências enfim entre essas transformações aparentemente contraditórias no espaço público e as que se desenvolvem no seu próprio campo com o crescimento da igualdade dos sexos?

Globalmente, o econômico, novo Narciso, está em via avançada e permanente de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de decomposição, já que se definiu sem qualquer outra referência além de si próprio, como uma “ética”¹¹ que subordina a política a seus fins. Seu poder cresceu, mas suas bases sociais não parecem estar estabilizadas. Contribui largamente para estruturar as me-

¹¹ *Ethique et économie, l'impossible (re)mariage?*, *Revue du MAUSS*, n. 15, 1º semestre 2000.

dições resultantes da sociedade civil, mas não as determina necessariamente, além de não controlar totalmente suas articulações com o Estado. A sociedade civil se define local, nacional e internacionalmente com base em uma concepção universalista dos direitos do homem que remete, para além do princípio da liberdade, ao princípio da igualdade, à semelhança daquilo que se passa no universo privado. Mas tendo sido amplamente excluída do setor produtivo, pôde apenas reivindicar uma espécie de igualdade “pós-produção”.¹² Desse modo, os “direitos do homem” se definem mais como direitos do consumidor do que como direitos do produtor. A mesma ambigüidade se revela no âmbito da família e do espaço privado: a interação privado-público pode ser rebatida unicamente no espaço da relação de consumo e na associação de interesses específicos a modos de vida particulares. É nessa articulação entre espaço privado e espaço público que se enlaçam as representações e os comportamentos que se revelam tanto como adaptações à evolução do capitalismo neoliberal, tanto como as contestações em nome da justiça e da igualdade.

Família e espaço privado podem constituir, para além de seus aspectos institucionais, formas sociais vivas. Mesmo no caso em que sua única propriedade é a da sua força de trabalho, mesmo quando se acham isolados e truncados das mediações sociais usuais ou novas, não se fragilizam necessariamente, pois são fortalecidos por processos específicos que estão em curso no momento atual. Uma das conseqüências do movimento feminista em escala mundial, pouco enfatizada ainda, introduziu a “paixão da igualdade” no espaço privado. Ela se inscreve lentamente, apesar da antiga herança da divisão sexual e social do trabalho, nas práticas relativas ao exercício de diferentes formas de trabalho. Mas já se inscreve nas representações familiares, assim como nas representações relativas ao mundo social onde se constitui como critério de julgamento que diz respeito ao espaço público. Essa forma de emergência do espaço privado, longe de ser um produto da estratégia de individualização capitalista, valoriza o que lhe é fortemente alheio. É sobre essa nova base que o espaço privado pode vincular suas articulações com as mediações sociais fragilizadas mas sempre ativas.

Agenciamentos familiares

É difícil a observação das decomposições e recomposições relativas à articulação, interpretação e subordinação entre os espaços sociais institucio-

¹² SUPIOT, Alain. Préface à l'édition 'Quadrige' de *Critique du droit du travail*, PUF, 2002.

nalizados ou informais: as todo-poderosas economia financeira e economia de produção dos enclaves mundializados, o enfraquecimento da autonomia do Estado, as capilaridades irresistíveis do narcotráfico em todos os espaços, a ambigüidade permanente dos movimentos sociais e das ONGs. Cada um desses espaços tem condições próprias, contradições com outros espaços e com o espaço privado. A imposição neoliberal da mundialização é certamente estruturante, pois obriga todos os atores a se reposicionar, ainda que não determine propriamente nenhuma evolução definitiva. As ONGs, por exemplo, podem ser órgãos que substituem ou que se articulam aos poderes públicos no mundo da gestão; podem contribuir para um reforço real das sociedades civis, assim como se vender aos interesses privados. A cidade pode ser um lugar privilegiado de observação dessas recomposições em curso, por meio das trajetórias das famílias que transitam por mundos diversos, se integram em alguns mais do que em outros, articulando-os no seu próprio âmbito. A proposta de observação do conjunto das trajetórias de seus membros leva a interrogar a constituição de um mundo familiar ou privado, sua inserção e sua interação com os outros mundos sociais, formas de “economia moral” ou “cidades”,¹³ seu trânsito entre esses mundos, por meio de tensões entre as formas de individuação que foram construídas em outros mundos, que foram aceitas, integradas, rejeitadas, ou formas de individuação no espaço privado que se articulam ou entram em choque com as formas precedentes.

Poder-se-ia observar as divergências ou uma conflituosidade forte na constituição de formas opostas de individuação: de um lado, os processos de individuação em desenvolvimento no espaço privado que parecem estar estirados entre o pólo da interação da vida deliberativa, da igualdade respeitosa das diferenças individuais, em resumo, da constituição de uma ética própria a ser validada no domínio público e o pólo da adaptação ao mundo tal como ele é ou tal como vem se transformando;¹⁴ e, de outro lado, os processos contraditórios de individualização no espaço público (individualismos corrosivos e belicosos do capitalismo liberal, individualismos comunitários milenaristas das religiões

¹³ BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Michel. *Les économies de la grandeur*. Paris: PUF, 1989.

¹⁴ Esta tensão poderia ser ilustrada pelo debate sobre o crescimento da violência conjugal que parece ser observado no livro *Les violences envers les femmes en France: Une enquête nationale*, La Documentation française, 2003. Na ausência de uma investigação anterior que pudesse fornecer parâmetros comparativos, não se pode afirmar se há um crescimento da violência conjugal. Parece-nos que o fato de uma tal investigação ter sido realizada, e não somente na França, aponta o interesse suscitado pelo movimento feminista que coloca, daqui em diante, para o conjunto do movimento social e mesmo a maior parte das instituições, a questão da qualidade das relações no espaço privado.

pentecostais, individualismos cívicos de revitalização da democracia local ou das empresas cooperativas autogeridas). A família se encontra no cruzamento desses caminhos: eixos possíveis de uma constituição do espaço privado como espaço de relativa autonomia, ela se submete a tensões contraditórias podendo gerar evoluções opostas. Como reage à injunção da individualização prescrita pela economia e pelo mercado de trabalho? Recuperando as rupturas produzidas nas mediações sociais habituais apresentadas em cada sociedade, ela poderia se afirmar como lugar afastado da vida social, ou como o lugar em que se desdobra uma nova aprendizagem, a do individualismo negociado na vida comum,¹⁵ ou a “revelação de si pelo outro”,¹⁶ a produção de um si mesmo que questiona personagens sociais impostos e é capaz de uma reformulação do social a partir de uma identidade individual?¹⁷

As formas de individuação impostas pelo espaço público econômico, sob o aspecto de uma individualização máxima dos atores no plano da produção e de um crescimento do caráter gregário no âmbito do consumo,¹⁸ são necessariamente interpretadas no espaço privado. Descrever e analisar essas reinterpretações supõe compreender cada um dos indivíduos, assim como suas interações familiares, submetendo à investigação três formas de relação que os caracterizam: a produção de si, a interação conjugal, a relação de filiação, bem como o exame do ou dos tipos de narrativa e de ação, no âmbito das capacidades de cada um dos atores. Em compensação, em seu processo de interação, de intervenção ou de ausência de intervenção com o mundo social à sua volta, como o espaço privado se define e define sua concepção desse mundo, seu horizonte, suas possibilidades, os meios de sua transformação? E como se observa, enfim, a articulação entre os processos internos que atravessam o espaço privado e as práticas sociais externas que operam ou não nesse espaço? Podemos tomar como hipótese, a ser testada, de que se entrelaçam no espaço público, de modo que essa força não permanece apenas na dependência desta conjuntura, pois ela revitaliza, graças a essa mesma conjuntura, seus próprios fundamentos.¹⁹ É da diversidade dessas articulações e

¹⁵ DE SINGLYF, François. *Libres ensemble*. Paris: Nathan, 2000.

¹⁶ DE SINGLY, François (Org.). *Etre soi parmi les autres*. Paris: L'Harmattan, 2001.

¹⁷ KAUFMANN, J. C. *L'invention de soi, une théorie de l'identité*. Paris: A. Colin, 2004.

¹⁸ DELEUZE, Gilles. *Pourparlers*. Paris: Ed de Minuit, 2003. Aqui o marketing é analisado como “instrumento de controle social”.

¹⁹ Observando a inflação contemporânea de referências ao amor, U. Beck as considera a partir de um duplo sentido, público e privado: “uma dimensão de autenticidade em um mundo onde tudo funciona

desses lugares que poderiam surgir modelos de relação entre espaço privado e espaço público.

Metodologia: operacionalizar a análise das narrativas

Por meio da observação das reestruturações internas e recentes das famílias, uma questão central gira em torno da relação entre família e sociedade. A narrativa familiar, as narrativas individuais dos homens, as narrativas individuais das mulheres e as práticas que as acompanham reproduzem, duplicam ou reforçam as relações sociais estruturantes trazidas pela sociedade global? A família poderia se transformar, assim, em uma simples ferramenta de realização dessas relações sociais, manifestando a inexistência de relações familiares internas próprias, a incapacidade de uma relativa autonomia e a impossibilidade sociológica de constituição de um espaço privado. Ou a narrativa familiar e as narrativas individuais manifestariam sua relativa autonomia estruturando um projeto de ordem ético-social ou ético-política, uma forma de economia moral oposta, diferente, deslocada, em contradição com os projetos que se desenvolvem no espaço público? Esse projeto poderia permanecer no quadro estritamente familiar e, então, seria necessário observar as modalidades de um afastamento/ausência, de uma dobra, do semifechamento, da semi-abertura que comporta. Poderia também se definir como projeto alternativo ou fator estruturante de novas formas da crítica e da ação social, buscando uma articulação com as formas de ação, buscando as mediações já existentes. Trata-se, então, de efetuar uma leitura das/os narrativas/discursos e práticas sobre o eixo de articulação entre as relações sociais internas à família e sua relação com o mundo social.

A leitura das relações sociais internas

Há três dimensões a explorar:

– A dimensão individual da “revelação de si” diz respeito a cada um dos membros de cada geração. A observação dessa dimensão passa por estilos e conteúdos de cada forma narrativa: a das mulheres, a dos homens e a dos

por procuração, uma ‘utopia’ que não deve ser comandada nem legitimada a partir do alto das tradições culturais...”, mas que “deve antes se impor de baixo para cima pelo poder e permanência das pulsões sexuais a partir do conflito histórico entre homens e mulheres ...”. La religion séculière de l’amour, *Revue de Philosophie et de sciences sociales*, n. 2, 2001, p. 29-44.

filhos, referenciadas na narrativa dos acontecimentos comuns relatados por cada um, a reflexividade de cada um sobre sua própria história e a visão de cada um sobre a história do outro.

– Quanto ao casal, a relação de conjugalidade pode ser observada por meio das práticas de divisão sexual do trabalho no mundo social e na vida doméstica e do processo de decisão que ocorrem nos momentos de inflexão da história familiar, nas escolhas de reprodução, nas estratégias de trabalho, de residência, escolhas de consumo, de estilos de vida, nas relações com o mundo social. Pode-se observar nos casais de trabalhadores em busca dos marcos de uma estabilização social uma valorização do papel da mulher em função, ao mesmo tempo, de seu trabalho mais freqüente fora de casa e da relativa ausência de políticas sociais (elemento mais antigo), que, de uma certa maneira, “obriga” a família a se comportar de modo concertado, respeitando mais ou menos os papéis sociais e sexuais habituais. O lugar mais central da mulher pode reforçar a dimensão corporativa da família no que tange aos papéis sociais e sexuais tradicionais (desigualdade e complementaridade). Nessa construção corporativa da família, o princípio de filiação antecederia o princípio da aliança. Por outro lado, o princípio da aliança, que se vincula igualmente a um dos mitos fundadores da família, o da igualdade, deixa em aberto a questão dos papéis sociais e da divisão do trabalho. Sobre esse largo espectro de possibilidades, inscrevem-se as diferentes maneiras de ver e de agir relativas ao mundo social.

– Quanto à relação entre as gerações, ela é contextualizada em primeiro lugar pela redução drástica da fecundidade em relação à geração precedente, fruto da nova independência conquistada pela geração fundadora que migrou para São Paulo. Essa transformação diz respeito apenas a casais que chegaram a se colocar em uma perspectiva de mobilidade social. Mas, de modo geral, é isso que se observa na passagem de uma relação de dependência, de obediência ou de trabalho precoce para uma relação em que a escola e a expressão de si foram privilegiadas. As expectativas escolares (e, por meio delas, as expectativas profissionais) constituem um novo jogo que redefine as relações internas familiares, a ponto de os próprios pais se adaptarem a elas, tanto em relação ao seu próprio futuro quanto aos seus projetos. Essa autonomização da nova geração recoloca as questões anteriormente tratadas apenas pelos pais: o uso do bairro, as relações com a família extensa, o uso do mundo social, que podem passar, explicitamente ou em filigranas, por um projeto familiar. Tal projeto familiar é em si mesmo incorporado ou somente aceito ou assimilado, recusado ou viva-

mente rejeitado, ou, ainda, retrabalhado por uma jovem geração, como elemento portador de novas significações.

A relação da família com o mundo social

– O primeiro e principal vínculo é o do trabalho. Principal organizador da relação com o mundo social, diz respeito a todos os membros da família. Nesse momento, na escala de uma geração que foi marcada por turbulências no mercado de trabalho, é necessário considerar a noção de trabalho na sua acepção mais ampla: não somente como trabalho assalariado, mas como todo tipo de atividade, observando as transformações de suas concepções e suas práticas. Por outro lado, é evidente que, em situações em que é preciso utilizar todos os meios ao seu alcance, “queimar todos os cartuchos”, alguns aspectos da atividade social, que, tendencialmente, não poderiam ser classificados como atividades de trabalho, como o trabalho de benemerência/ filantrópico, por exemplo, constituem meios indiretos de acesso ao trabalho. Todo trabalho filantrópico ou militante dissociado de uma perspectiva de trabalho remunerado deve ser tomado como uma atividade de trabalho, trabalho social ou trabalho na sociedade, na medida em que pretende, por meio de sua atividade, se inserir nas relações sociais do mundo à sua volta, seja para reproduzi-las, seja para modificá-las. De maneira geral, para aqueles que estão envolvidos, toda atividade contém uma esperança, toda passividade é problemática. A constituição de novas matrizes sociais do trabalho afetaria a hierarquia dos valores socialmente definidos ligados às profissões, qualificações e formas “antigas” de emprego assalariado? Quais seriam seus resultados para os valores do trabalho? Apenas em uma longa cronologia de sucessão de atividades é que as configurações pontuais e a constituição das experiências podem ser percebidas.

O mercado de trabalho conheceu modificações substanciais no curso dos últimos vinte anos, a ponto de provocar inúmeras interpretações contraditórias sobre a relação com o trabalho e o sentido do trabalho. As relações sociais definidas pelo trabalho, na perspectiva de uma longa duração (a duração da vida ativa), em virtude do sexo, da profissão ou da qualificação, são amplamente questionadas pela precariedade do mercado de trabalho e pelo desemprego. Eles têm necessariamente repercussões sobre a família, que deve proceder a novos ajustes e que, por essa razão, pode se desarticular ou se reforçar de acordo com as posições, concepções e interações de cada um de seus membros. A análise da inserção das mulheres no mercado de trabalho

permite observar, de modo geral, uma progressão contínua da entrada delas na população economicamente ativa e uma inserção mais precária do que a dos homens nesse mesmo mercado. Esses fenômenos afetam o espaço privado? Quais são suas conseqüências sobre esse espaço privado, em se tratando de populações pouco ou nada qualificadas? Há um crescimento na rigidez da divisão sexual e social tradicional do trabalho com o propósito de reservar o trabalho assalariado aos homens? Uma recomposição dos papéis sociais que são arbitrados no interior da família em virtude dos atributos individuais de cada um e de critérios definidos por consenso?

A relação de trabalho se torna reflexiva, a identidade conferida pelo trabalho se torna problemática e deve ser reequacionada. Mas o trabalho não é apenas recebido do exterior, como observa a maior parte das análises; é também projetado a partir do interior, de acordo com uma perspectiva que recoloca o trabalho no itinerário biográfico (o “tempo-devir”).²⁰ É preciso prestar atenção nos dois sentidos dos momentos de recomposição, como o que tem lugar na atualidade. A ausência ou a fragilidade das mediações coletivas capazes de trazer ao mundo social essas novas “projeções internas” se faz sentir cruelmente, a tal ponto que podem parecer aniquiladas, isto é, inexistentes. Não seriam apenas “invisíveis”, tal como ocorreu com o trabalho das mulheres na indústria há não muito tempo ou, ainda, com o trabalho doméstico atualmente? A mescla mais significativa dos percursos masculinos e femininos pode não ter efeito imediato do ponto de vista das relações sociais de trabalho; repercutem, porém, em primeiro lugar, no interior da família. Por outro lado, a transferência de uma experiência das relações sociais de trabalho não pode se efetivar com facilidade da antiga geração para a nova, nem da nova para a antiga, pois as condições, os tempos sociais, mudaram. É, contudo, no interior da família que uma transferência tende a se efetuar, tendo em conta os novos dados do mercado de trabalho: a experiência do desemprego marca o final do percurso da antiga geração e o começo do percurso da nova. É primeiramente no seio da família que essa interação ganha forma, redefinindo, por vezes profundamente, os papéis sociais sexuados. Essa interação freqüentemente se oculta no interior do mundo privado na medida em que corre o risco de não ser socialmente reconhecida. O espaço privado aparece como um laboratório onde se elaboram, ainda em silêncio, as normas e as aspirações do futuro.

²⁰ ZARIFIAN, Phillipe. *A quoi sert le travail?* Paris: La Dispute, 2003.

O que se passa em relação ao trabalho também se passa em outras esferas: em cada relação com os espaços públicos (equipamentos, consumo, políticas públicas, religião e violência), a família é interpelada em primeiro lugar, atravessada e desestabilizada pelas mudanças. Ela também é posta em questão em primeiro lugar e como que incitada a encontrar um novo equilíbrio, que, por vezes, não chega a encontrar.

Descrição dos lugares da família: percursos e projetos familiares

Esta descrição exprime processos em curso, provisoriamente concluídos. Resultado de uma pesquisa efetuada há dez anos e de uma nova pesquisa em curso, essa observação de longa duração permitirá um ganho de precisão. Esses processos, resultantes de cronologias familiares singulares, são recolocados em um tempo social “geral” de duas gerações e na história singular de cada um dos territórios percorridos. Apresenta-se aqui uma análise que tenta associar as duas investigações, observando-se que a segunda se encontra ainda em elaboração. Não optamos por uma análise que se desenvolva nos termos de mobilidade social (famílias em mobilidade social ascendente, estagnada, ou em vias de precarização crescente) porque essa abordagem não poderia discriminar suficientemente as “políticas da família” em relação ao mundo social. Também não encontramos uma explicação definitiva para as razões e processos que fizeram com que as famílias se reconhecessem no interior das categorias que construímos em função delas e, assim, nos contentamos, em um primeiro momento, com uma descrição empírica dos processos de constituição ou de não-constituição de uma relativa autonomia de um espaço privado no interior da família, espaço de deliberação interna cujo propósito é o de questionar as modalidades de funcionamento do espaço público nas suas diversas formas.

Uma primeira síntese das interações entre família e mundo social permitiu identificar:

- 1 – famílias cujas relações e percursos permitem observar a reprodução, direta ou indireta, de alguns princípios e modos de funcionamento do mundo social do seu ambiente, contraditórios entre si;
- 2 – famílias cujo percurso e objetivos próprios se organizam em torno da resistência e da sobrevivência, projeto pouco interativo com o mundo social à sua volta, sem ser, entretanto, necessariamente determinado por este último;

3 – famílias cujo projeto manifesta a preocupação de uma criação autônoma, a preocupação de constituição de um espaço privado, que procura se prolongar sem muita eficácia no mundo social;

4 – famílias, comparáveis ao caso precedente, cuja interação com o mundo social é intensa ou virtuosa;

Não consideramos aqui o papel desempenhado pela família extensa. Entretanto, essa dimensão sempre nos pareceu importante. Em geral, a família extensa está presente de modo concentrado ou disperso, mas a intensidade de sua relação com um grupo doméstico que é parte dela não parece depender de sua concentração ou de sua dispersão. Certamente, em tempos de crise, os vínculos esquecidos podem ser renovados, mas ainda permanecem sempre no registro da assistência ou da solidariedade, mais ou menos espontânea, mais ou menos suscitada por aqueles que estão necessitados, em particular, de encontrar um emprego. No entanto, nunca se passa ao registro da imposição de escolhas e decisões que dizem respeito à vida privada ou à vida social do grupo doméstico. Este último é autônomo em suas escolhas e decisões. A ação articulada, corporificada, da família extensa pode existir, mas ela se assemelha mais a uma partilha de consenso entre os diversos grupos domésticos que a compõem, sob a condução de um *paterfamilias* esclarecido, do que a uma imposição de escolhas e estratégias por uma autoridade reconhecida.

1. Percursos e projetos que reproduzem o mundo social

Entre os percursos e projetos familiares que reproduzem o mundo social e, portanto, que são qualificados por este último, encontra-se a diversidade das modalidades de integração a esse mesmo mundo. Nascidos da história social e determinados por suas conjunturas e suas contradições, esses percursos são mais facilmente legíveis a partir do exterior. Nossa proposta aqui é, então, fazer referência a eles sem descrevê-los explicitamente, já que sua visibilidade está já inscrita na história social, em “exemplos” ou em casos que ilustram esses diferentes tipos de percurso, fixando, nesse conjunto, alguns subconjuntos.

1.1. Alguns percursos dos anos 70-80 ilustram a história de um sucesso total, todos os domínios confundidos, na base de uma integração pelo trabalho. Fo-

ram resultantes do desenvolvimento econômico e da ideologia dominante, por seus critérios e seus objetivos, nas dimensões de conquista profissional, frequentemente se originando de um ponto de partida dos mais modestos (o auxiliar de produção que retoma a escola primária com 26 anos e que se tornará supervisor de manutenção em uma indústria química e diretor sindical), de conquista social (um investimento legítimo e reconhecido nas obras sociais da cidade), de “conquista” religiosa (responsabilidades na nova igreja carismática local) e de conquista política (eleição como vereador municipal que deverá ter continuidade na eleição para deputado), conquistas que se encadeiam em uma espiral virtuosa, de acordo com os esquemas e códigos institucionais dominantes, mais estruturados ou mais convencionais. Uma dimensão pessoal forte, que pode já estar presente no ponto de partida, aparece em seguida como o tom personalizado ou personalista indispensável a todo indivíduo público; a pessoa desaparece atrás do personagem.

A divisão do trabalho e dos papéis no seio da família é inteiramente tradicional e permanece reivindicada como um ideal. Nenhuma contestação por parte da esposa, que encontra alguma compensação no prazer da organização doméstica, da proximidade com os filhos e algumas satisfações de consumo. Os esquemas desse percurso paterno, se bem conduzidos, são presumidamente reproduzidos sob as mesmas formas sociais e com a mesma divisão do trabalho doméstico na geração seguinte. São postos à prova, mas não fracassam, seja no âmbito externo das relações com o mundo social, seja no âmbito interno das relações familiares. Isso acaba por atrasar ou esvaziar todo processo de reflexividade no interior da família, tanto da parte da esposa como dos filhos.

1.2. Outros itinerários comparáveis, no plano de seu ajuste aos modos de desenvolvimento e às instituições de um período, podem se apresentar com seus fundamentos ideológicos e políticos a partir de uma oposição ao exemplo precedente. Podem se constituir, por exemplo, no quadro de uma conjuntura favorável ao emprego, de uma militância sindical que conteste a instituição sindical, explícita e permanentemente, no interior e no exterior da empresa, limitando toda a promoção profissional; a ascensão sindical acaba sendo limitada, igualmente, tanto por princípio (vontade de exercer apenas responsabilidades secundárias que sejam próximas da base) como de fato (o exercício das responsabilidades superiores exige uma postura mais distanciada e “responsável” em relação a essa mesma base); a ausência de inserção religiosa endurece ainda

mais essa atitude. De maneira geral, o princípio de afastamento de toda inserção sindical, política ou social, que desencadearia uma ruptura nas relações com os militantes de base, segundo o vocabulário consagrado, é permanente, mesmo quando deve ser amenizado em certas circunstâncias. Essa busca de proximidade dos atores sociais de base mais ativos, que se propõe a aprender com eles para transmitir aos dirigentes, define uma posição de mediação, que, apesar de ser reivindicada como essencial permanentemente, se choca, também de forma permanente, com o lado institucional graças ao simples jogo do envelhecimento das instituições e dos indivíduos. Esse tensionamento do ator faz aparecer uma dimensão pessoal que vai muito além do personagem social; ele exprime um modo pessoal de inserção social. Entretanto, o processo de absorção da dimensão pessoal pela dimensão social e institucional parece inevitável com o passar do tempo.

É por isso que, depois de um tempo de percurso em uma instituição forte que não corresponde às suas esperanças, esse tipo de personagem se encontra em um quadro militante mais livre, assessor de um vereador municipal, em que o constrangimento institucional é menor e é mais fácil cultivar os princípios e as idéias adquiridas na experiência de vida precedente, mesmo se sua eficácia social for largamente indeterminada.

Essa diferença de posição pública com o tipo precedente se associa, por outro lado, a uma total similitude do ponto de vista da posição do homem nas relações sociais domésticas: pequena presença no lar e nenhuma responsabilidade doméstica, apesar das fortes críticas de algumas esposas que trabalham (diferentemente do caso precedente) com um nível de salário inferior ao seu, mas em uma profissão de melhor *status* social (por exemplo, professoras primárias) e que desejariam construir uma relação familiar mais independente do mundo social de seu marido. Os filhos são educados no quadro dessa divisão sexual do trabalho, de não partilha das tarefas domésticas e de reprodução entre os pais. Eles se formam a partir de duas experiências opostas e conflitantes. É nesse contexto “socialmente natural” e conflitivo no âmbito doméstico que sua reflexividade é estimulada. O paradoxo está no fato de que o modo de ação masculino exigido pelo “trabalho” com o mundo social (a interação com a base) não chega a se aplicar ao mundo privado, como era de esperar. O que ocorre, definitivamente e de maneira separada, é uma simples reprodução não questionada das relações sociais dominantes no espaço privado e uma outra reprodução, com mais conflito, no espaço público, submetida a uma institucionalização idêntica, ainda que fundadora do mito da vontade popular. Quais interpretações poderiam ser elaboradas pela geração seguinte?

1.3. Os dois esquemas precedentes podem se inscrever na mesma família sucedendo-se cronologicamente na forma de uma ruptura: forte militância política e sindical, seguida de um corte nesse plano e de um investimento profissional intenso, assim como um esquema doméstico estabilizado com base no modo tradicional da divisão sexual do trabalho, com ou sem tensão. As razões dessa ruptura estão relacionadas com a escolha pessoal do chefe da família, que passa de um sistema de contestação muito marcante e rígido, em que experimenta ao mesmo tempo uma limitação pessoal e profissional e um impasse institucional, a uma integração também estreita e marcante no mundo do trabalho. Nessa transformação, reproduzem-se igualmente as relações sociais próprias a cada um dos dois espaços, sem interação entre eles e sem interação entre quaisquer desses dois espaços com o mundo privado, o que impede o nascimento de uma experiência original a ser transmitida à nova geração. E no momento da aposentadoria, uma nova etapa tem lugar, comparável, ainda que com mais maleabilidade, à primeira, ou seja, a “regra” da não-interferência terá continuidade.

1.4. No outro extremo do espectro social se encontram as famílias que não estão preocupadas com uma contestação, nem com uma conquista em particular no mundo do trabalho, nem ainda com qualquer inovação doméstica, e que se encontram em total conformidade com o “mundo tal como ele é”, seja pelo fato de uma adaptação individual conquistada no mundo do trabalho assalariado, o que autoriza uma capacidade de consumo que parece ser quase satisfatória, seja pela localização nos patamares menos qualificados do trabalho operário e pela aceitação sem contestação de um destino de pobreza ou de um regime de restrição permanente que parece ser, neste caso, também relativamente satisfatório: as expectativas da geração atual são remetidas àquelas que a geração anterior, dos pais, não podia sequer imaginar. E os progressos observados, mesmo os menores, são avaliados como satisfatórios. Tal satisfação é o signo da integração em um momento dado e, também, se solidifica quando o próprio indivíduo não se integra aos movimentos sociais.

Nesses últimos casos, essas experiências parecem usuais tanto no período de pleno emprego como no de emprego escasso, nos períodos de instabilidade e também quando estão estabilizados, qualificados ou não. Pode-se supor que se reduzem estatisticamente em períodos de crise, mas essas invariantes estão presentes em todas as sociedades. Talvez com uma nuance nova, trazida

pelos ares do tempo, a atenção dedicada à profissionalização feminina tenha como referência tanto assegurar o consumo quanto a preocupação com a igualdade.

2 – Projetos e percursos familiares nucleados no horizonte familiar.

Nesse tipo de percurso, a família é encarada como o único universo social digno e suscetível de ação racional. O mundo social global, o espaço público, é definido como estranho, quer porque não oferece oportunidades de ação, quer porque se desqualifica por seu próprio funcionamento. A única construção possível é a de uma vida e de uma ética familiar próprias. Trata-se, então, de perguntar se essa construção se prolonga em um verdadeiro espaço privado, com um quadro e com regras de funcionamento, com capacidades de proposição nos diferentes espaços públicos. Ou se esse mundo privado apenas reproduz ou ajusta em seu interior as regras eventualmente contraditórias dos mundos da economia moral em presença no espaço público sem chegar ou sem procurar constituir, por meio de todos esses aportes, sua ordem própria. Nesse caso, não se constituiria em espaço privado capaz de articulação com o espaço público ou com frações do espaço público. Isso remeteria aos mundos determinados da vida privada que relatam as “Histórias da Vida Privada” em todos os países e em todas as épocas.

Essa questão é de tratamento um tanto delicado no caso que comparece aqui examinado, por duas razões interligadas. A primeira diz respeito ao fato de que esse mundo privado, na medida em que se fecha sobre si mesmo, é mais difícil de ser observado (diversamente do caso precedente), o que complica a tarefa de uma interpretação que se proponha a estabelecer uma diferença entre, de um lado, uma simples reprodução das contradições das formas de economia moral do espaço público (caso precedente) e, de outro, de uma criação nova que manifesta a emergência de um verdadeiro espaço privado, isto é, de um sujeito moral privado. A segunda razão é ainda mais importante: poderia existir um sujeito privado, um espaço privado totalmente apartado do espaço público, que, por exemplo, aceitasse uma subordinação total no espaço público? Ou, ainda, a existência de um sujeito privado ou de um espaço privado que só poderia se revelar se este último tentasse agir no espaço público?

Poder-se-ia localizar aqui as famílias cuja trajetória pode ser marcada pelo sucesso, insucesso ou sucesso parcial de uma vida profissional conduzida a dois ou apenas pelo homem, nas quais o trabalho estabelece uma ligação contínua e sustentável com o mundo social, uma ligação, contudo, que não seja

de forte intensidade. O trabalho assalariado, por exemplo, não conduz à ação social, pois é interpretado primeiramente no seio da família como elemento que confere identidade e substrato ético individual a ser transmitido para os filhos. Portanto, em sua dimensão principal, é uma individualização em harmonia com os códigos da sociedade dominante. Mas pode não ser assim em outras dimensões descritas nas narrativas como aspirações, tais como a preocupação com os saberes técnicos ou com a cooperação harmoniosa e negociada entre pares ou ainda com a correspondência entre capacidades e responsabilidades na divisão do trabalho. E tantos outros valores, que são os saberes do trabalho, explícitos ou implícitos, todos eles valores, que, pouco ou mal respeitados no trabalho, talvez sejam cada vez mais explicitados nas marcas de um *ethos* familiar, sem que a ação social, generalizada ou localizada, esteja na ordem do dia. A preocupação central é aqui a de uma harmonização dos valores, às vezes negociada, no âmbito do casal, de um equilíbrio consensual que ajusta os desejos, socialmente induzidos ou não, de um e do outro, que são elaborados em uma divisão do trabalho (trabalho profissional e trabalho doméstico) que pode se efetivar em níveis muito diversos em relação a um critério de igualdade entre os sexos. É este consenso, às vezes contrastado por tensões e conflitos, que é transmitido aos filhos como moral familiar e princípio de inserção no mundo social.

Nesse contexto em que o mundo social não suscita uma crítica particularmente intensa, esse mesmo mundo se inscreve com suas contradições, de modo imediato, no seio da família; ela o internaliza ou o privatiza diretamente, sem que haja uma interação ou uma contradição entre o espaço público e o espaço privado. Esse processo responde de maneira positiva à injunção conservadora da sociedade dominante²¹ por meio da qual não pode haver história popular senão como história privada. Visto do interior da família, contudo, esse processo de não-constituição de um espaço privado não exclui conflitos, consensos negociados ou rupturas. As configurações mais dinâmicas fazem emergir arranjos elaborados como resultados de conflitos internos. Esses conflitos podem se apoiar em uma visão de mundo diferente (uma visão técnica ou tecnológica oposta a uma visão humanista) ou em projetos familiares contraditórios ou ligeiramente contraditórios, remetendo também a certas tensões sociais (desejo de um retorno à terra natal oposto ao desejo de inserção profissional e social urbana, concepções diferentes sobre a formação dos filhos) ou, ainda, em um conflito de valores relativo à divisão sexual do trabalho e ao lugar

²¹ TELLES, Vera S. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

do trabalho doméstico, ou mesmo em um conflito de gerações: a geração anterior orientada pelo desejo de constituição de uma família “tradicional” do ponto de vista da divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais se opõe à nova geração mais exigente quanto à autonomia individual, feminina ou masculina. De maneira geral, essas famílias parecem manifestar, no momento atual, uma predisposição a se recompor, apoiando ou tentando integrar a nova geração, negociando modificações de estilo, sob a pressão dos filhos. Em seu funcionamento interno, os valores de filiação são centrais e os valores de aliança já mencionados lhes são subordinados. Ainda de um modo geral, os valores do consenso que se constituem, resultantes dos princípios e matrizes definidos pelo mundo social dominante, são objeto de apropriações e combinações próprias e singulares.

Nesse quadro, as relações sociais de sexo podem ser um bom indicador das estabilidades e transformações potenciais no interior da família. Podem remeter a configurações tradicionais conhecidas. Entre as famílias entrevistadas, podemos encontrar: homem provedor, que se tornou contramestre, e esposa em casa, como ordenadora das relações sociais internas e externas à família;²² homem e mulher trabalhando em empregos não qualificados, sendo que a mulher abandona seu emprego depois do nascimento tardio de seu único filho; confronto de experiências individuais fortes e diferentes em que impõe, aparentemente de maneira provisória, a vontade do homem provedor em face da esposa no lar; acentuação da divisão do trabalho entre os sexos graças a migrações do trabalho que afetam apenas o homem; concentração do trabalho assalariado e do trabalho doméstico na esposa durante a espera (prolongada) de um novo trabalho, assalariado ou independente para o homem; percursos profissionais precários ou recentemente precarizados, ou percursos mais estáveis, porém modestos, de diferentes membros da família findando pela ajuda mútua entre diferentes unidades domésticas sob autoridade simbólica de um “*paterfamilias*” e a permanência da divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico das mulheres e trabalho assalariado dos homens. Nesses casos não há processos de deliberação e de constituição da família em um domínio de relativa autonomia, mas a recepção e a aceitação de normas resultantes da sociedade global. O arranjo conjugal suscitado é mais ou menos cooperativo ou mais ou menos rígido, permanecendo algumas vezes em estado de tensão. A nova geração, ainda de-

²² Estes números e letras entre parênteses referem-se às famílias entrevistadas. A relação e a breve descrição de cada uma delas encontram-se no anexo, ao final deste capítulo.

pendente, mas já em condições de se expressar, tem a expectativa de novos arranjos, já que as filhas buscam um acesso ao trabalho do mesmo modo que os filhos e não se imaginam, ao menos neste momento, em uma vida de dona de casa.

Entretanto, outros casos demonstram uma modificação, isto é, uma relativa inovação no domínio das relações sociais de sexo: descoberta coletiva da necessidade de uma participação de todos os membros da família, filhos e filhas, no trabalho assalariado e da necessidade de conjugar os recursos de cada um no quadro familiar, depois de um percurso profissional desastroso do chefe de família; dificuldades comuns das trajetórias de trabalho que se apóiam em uma divisão igualitária do trabalho doméstico e do trabalho assalariado, exemplo que parece poder ser retomado pelos filhos; responsabilização crescente do homem pelo trabalho doméstico que se segue aos fracassos profissionais deste último e à manutenção do trabalho assalariado pela esposa; relações de igualdade na divisão do trabalho de uma empresa familiar se realizam depois de itinerários salariais singulares mas comuns na precariedade, sendo que a natureza do trabalho da empresa familiar é determinada pela mulher; redução da divisão sexual tradicional do trabalho posterior às migrações em que ambos participaram da mesma aventura; iniciativa das mulheres (mãe de família e filha professora) em nome de um projeto de mobilidade social que se enquadra em uma inserção religiosa aceita momentaneamente pelos filhos já casados; partilha igualitária das tarefas domésticas em caso de dificuldades comuns e alternadas de um casal jovem que entrou no mercado de trabalho na época de suas maiores dificuldades.

Esses últimos casos que assinalam uma modificação nas relações sociais de sexo não parecem especialmente induzidos pelas dificuldades advindas do mercado de trabalho; estas, ao contrário, parecem se inscrever em um estado dado já existente das relações dentro do grupo doméstico; apenas reforçam uma relação que já era de cooperação. Mas talvez se possa afirmar, tendo em vista um grande número de casos observados de cooperação, que o aumento das dificuldades favorece mais a cooperação do que a divisão do trabalho ou um recrutamento dos papéis sexuais. Mas também o agravamento das pressões, sem engendrar maiores transformações na estrutura da organização familiar, parece dar mais espaço de ação e de decisão àqueles capazes de se orientar nos dois mundos, privado e público, o que, nos últimos casos em particular, desencadeia novas aquisições de competências tanto por um sexo quanto pelo outro.

Entretanto, adaptando-se às mudanças induzidas por esses espaços públicos, permanecendo circunscritas no mundo privado, respeitando a regra de

separação entre o espaço privado e os espaços públicos, essas modificações, quaisquer que elas sejam, não se autonomizam como regras de relações entre os sexos suscetíveis de uma penetração nos espaços públicos. Permanecem quase socialmente “invisíveis”, mesmo quando podem ser inovadoras no plano das relações familiares.

3 – Percursos familiares em que uma certa exigência de formação de si corresponde a uma questão de articulação e de ação no mundo social.

Nessa articulação entre a vida privada e o mundo social, o espaço privado e o espaço público, a primeira questão que surge é a do momento de passagem, das razões e circunstâncias do primeiro passo; a segunda é a das razões da permanência dessa articulação que pode se fazer, também, por vaivéns sucessivos entre os dois espaços.

Às vezes podem surgir tipos sociais tão fortes e tão fortemente desconectados de uma história contemporânea que parecem anacrônicos e, assim, quase privados. Mas eles fazem parte da vida atual e, pelos valores que exibem e praticam, questionam diretamente, às vezes profundamente, a partir de seu anacronismo, o mundo social contemporâneo. Trata-se de figuras masculinas e femininas que, por convicção e pela prática da doação total no interior da vida privada ou da vida social local, questionam pesadamente sua ausência no mundo social e, sobretudo, político; seu radicalismo, entretanto, impede ou hipoteca fortemente sua articulação a esse mundo social, confinando-as à ordem da convicção íntima, eventualmente religiosa. São testemunhas de uma outra história e de um outro tempo social, mas são também referências da memória vivas e respeitadas. As circunstâncias de suas escolhas não são indiferentes: em um caso, o marido, desgostoso com as repetidas injustiças do mundo do trabalho do qual esperava tanto por ocasião de sua chegada a São Paulo, volta a mobilizar as referências religiosas para investir em uma militância religiosa própria (conflitos com a hierarquia) e em um papel de bom samaritano no bairro e em sua família sem julgar a marginalidade, os excessos, os desvios de uns e de outros; em um outro, a esposa, várias vezes ameaçada de morte por um marido doente mental, se recusa a tomar as providências para si própria, buscando cuidados necessários, mas aumenta seu investimento nas suas atividades sociais e religiosas como que para significar e manifestar a impossibilidade de ruptura entre um destino individual e um destino social.

Menos anacrônicas, mas idênticas em seu esquema e igualmente potentes em sua perseverança e determinação, há famílias para as quais o mundo privado foi construído em reação e como resistência em face de um mundo social que as rejeita, mas que não têm outra perspectiva senão a de perseverar ao mesmo tempo nessa resistência privada e na tentativa de ganhar um lugar em um mundo social que continua a rejeitá-las. No ponto de partida dessa dupla resistência, uma forte referência ao valor do trabalho em si, como elemento constitutivo da relação com o outro e com o mundo, medida e bússola de toda ação. Aqui a família seria o equivalente privado do trabalho que é social, na medida em que ambos constituem as referências fundamentais das representações e práticas portadoras de um ideal das relações eletivas, privadas e públicas, de um ideal de revelação de si. De acordo com as conjunturas, tanto sociais quanto domésticas e individuais, a ênfase recai quer na família, quer em um mundo social estruturado pelo trabalho, não havendo ruptura na passagem entre a dominação de um ou de outro desses aspectos. Podem surgir variações que intervêm nesse esquema: o trabalho pode ser afetado por valores coletivos mais ou menos potentes, a duração de uma situação de ação dominante pode ser, no curso de uma vida, maior em relação ao trabalho ou mais longa em relação à família. Nesse caso, as conjunturas que se apresentam no mundo social intervêm na reversão do aspecto dominante, assim como os acontecimentos ou acidentes da vida privada, mas são apenas reversões de conjuntura, no interior de uma estrutura estabilizada.

A variante menos estruturada pela relação com o mundo social do trabalho, em seu aspecto de matriz da ação coletiva, corresponde às famílias em que o trabalho está no horizonte de expectativa da ação como valor coletivo, sem suscitar, contudo, ou suscitando de modo frágil uma ação coletiva; resta um valor de ação individualizada, fonte de representações do mundo social e de sua articulação com ele. Entretanto, nesses casos, essa variante não se constitui uma matriz de ação coletiva, por razões diversas que se podem submeter a exame. Trata-se, em geral, de uma ação social localizada que substitui a ação coletiva do trabalho como ação alternativa ou substitutiva.

Quais são, ao mesmo tempo, as razões que explicam que o trabalho não se constitua como matriz social da ação e quais são as razões de ordem social ou privada que engendram mesmo assim a decisão de agir no mundo social?

É possível encontrar, ao longo de um período extenso, no curso da ação, uma espécie de fidelidade à época da formação juvenil. Por exemplo, estabilidade no emprego de dois membros de um casal: ela é professora e ele é arte-

são, ao que se soma uma qualidade de convicções que permita atravessar diversas conjunturas. Mas é, com certeza, a consciência de uma fragilidade profissional, em conjunto com uma preocupação com a justiça social, que pode explicar as lógicas observadas nos casos que se seguem. A percepção, depois de um início de atividade profissional e sindical, da fragilidade de uma posição profissional, conduziria à expressão de fortes solidariedades nos locais de residência. Essa mesma incerteza do ponto de vista da qualificação dirige a trajetória para o trabalho independente; depois do fracasso deste último e do retorno à opressão do trabalho assalariado, a necessidade de expressão, sem canal sindical, desemboca em um investimento de ordem religiosa; ou uma qualificação adquirida que deixa de ser reconhecida em um período de emprego difícil: a passagem para o trabalho independente conduz a uma expressão de ordem religiosa que denuncia as injustiças sofridas no trabalho assalariado ou/e as injustiças da sociedade em geral; na medida em que a fragilidade profissional diz respeito àqueles que entraram no mercado de trabalho nos anos 80 e que não tiveram tempo de se estabilizar antes da crise dos anos 90, os longos momentos forçados de inatividade ou atividade mal remunerada conduziram os casais a se refugiar na religião, esperando tempos melhores; todas as modalidades de ação coletiva são criadas para responder à injustiça de base que é a perda de renda, usando as solidariedades de vizinhança materiais, espirituais ou, ainda, políticas.

Existem também razões de ordem privada que conduzem à ação social: a emancipação feminina adquirida pela luta por um divórcio pode ter prolongamentos em outras esferas sociais: trabalho, religião, vida em vizinhança; também é possível que a descoberta conjunta do amor na vida conjugal produza uma inspiração que se prolonga na vida social sob as mais variadas formas e ocasiões; pode ocorrer também a continuidade de uma inspiração materna por devoção filial. Nesses casos, também existem nuances entre as famílias, já que algumas são mais necessitadas que outras, mas essas nuances não constroem nenhuma diferença fundamental na instituição das lógicas da atividade; às vezes, entretanto, essa lógica desemboca em uma espécie de profissionalização ocasional ou temporária da atividade local. Em geral, as lógicas da atividade se referem a movimentos coletivos de ordem religiosa em primeiro lugar, de ordem associativa não confessional em seguida, mais raramente de ordem política. O tempo social traça a linha que vai da teologia da libertação ao pentecostalismo ou à Renovação Carismática; os mais jovens descobrem diretamente o pentecostalismo ou o catolicismo tradicional. Em cada caso, em cada domínio,

a relação com a atividade não é uma simples resposta às ofertas do mundo social, mas demonstra uma vontade de expressão própria, que pode se revestir de uma intenção pedagógica ou de proselitismo.

Muito mais do que no segundo caso exemplificado, reencontram-se inovações no domínio das relações sociais de sexo e da divisão do trabalho. Certamente permanecem os casos clássicos de uma articulação mais ou menos harmoniosa, mais ou menos tensa, entre trabalho doméstico desempenhado pela mulher e trabalho social ou assalariado pelo homem, mas isso está longe de ser uma tendência dominante: a mulher pode também assumir responsabilidades sociais tanto ou mais do que o homem, permanecendo com a maior parte do trabalho doméstico. A inovação pode também se efetivar na montagem de uma empresa familiar, como na tipologia precedente, com a perspectiva suplementar da ação social que, neste caso, não parece ser afetada por um recuo no interior da empresa familiar, ainda que o homem continue sendo o piloto da relação com o mundo social e a mulher também participe dele, com uma distância às vezes mais crítica.

Por outro lado, a inovação pode ser figurada como uma reversão da situação nas relações sociais de sexo: pelo fato de que as mulheres que se divorciaram por deliberação própria, em continuidade a desentendimentos sobre o que deveria ser a igualdade no grupo doméstico, perseveraram, daí em diante, com os filhos, apesar das imprevisibilidades do mercado de trabalho, na crítica das desigualdades produzidas no espaço público; pelo fato de que as mulheres tomam a iniciativa tanto no quadro doméstico como no quadro do mundo social, abrindo aos homens o espaço de uma negociação que termina deixando o trabalho doméstico completamente a seu encargo; ou, ainda, por arranjos domésticos singulares (mais raros, ao que parece), que, em um primeiro tempo, fornecem à mulher o espaço do estudo e do trabalho assalariado, ao passo que o homem se encarrega da totalidade do trabalho doméstico e, ao mesmo tempo, do trabalho assalariado; em um segundo tempo, uma inversão desse quadro termina, finalmente, em uma divisão rigorosa e igualitária das diversas tarefas domésticas e assalariadas.

A observação fundamental que pode ser feita com base nesses casos é a de que a ruptura entre espaço público e espaço privado está largamente superada; sua articulação se tornou como que natural. A segunda observação é a de que a iniciativa feminina foi favorecida nos dois espaços, o que explica que as relações sociais de sexo no quadro doméstico pareçam muito mais interativas do que nos casos precedentes. A última observação é a de que esses encami-

nhamentos para a ação coletiva, tendo em vista a justiça social, não chegam necessariamente a penetrar no espaço público. Os retornos ou desdobramentos no espaço privado são comuns. Mas é interessante notar que nos vaivéns entre esses dois espaços parece haver algo que se busca, o que é simultaneamente da ordem de um equilíbrio pessoal (sair do isolamento) e da ordem de uma ética social, às vezes pouco explicitada, mas sempre estruturante. E isso porque a ação se confronta muito rapidamente com as insatisfações e quase-insatisfações que se localizam no espaço público, seja através da percepção da ineficácia ou do desvio da ação empreendida, por um lado, ou através do não-reconhecimento do coletivo ou de um coletivo que não reconhece a existência de uma ação ou de seu sujeito ou do encapsulamento do coletivo em relações sociais hierárquicas ou mafiosos. Em todos esses casos, um espaço privado se constitui, dotado de uma ética e de regras que parecem definitivamente adquiridas e que avalizam perspectivas de articulação com os espaços públicos. Mesmo nos casos em que a fragilidade da experiência da cidadania pública tenha se revelado, existem sujeitos privados, um espaço privado, diferentemente do caso precedente.

Formada nesse tipo de família na qual a interação entre o homem e a mulher e as idas e vindas privado/público são comuns, a geração dos filhos faz simultaneamente a experiência de uma certa indecisão e de uma certa riqueza, sob a forma de uma interrogação permanente quanto às escolhas e modalidades de uma ação social cuja necessidade é indubitável, que diz respeito à escolha de uma inserção profissional ou de um papel sexual determinado. É evidente que a observação que podem fazer das modalidades de interação e de igualdade entre seus pais, assim como a preocupação desses pais em transmitir uma formação relativa à igualdade entre os sexos, podem apresentar grandes nuances ou variações.

4 – Percursos familiares com forte interação entre o espaço privado e o espaço público.

Esse tipo de percurso se assemelha ao tipo precedente na medida em que manifesta uma interação permanente entre família e mundo social; entretanto, se o primeiro ganha solidez por um investimento da ação que troca o lugar de um pelo outro, a interação entre espaço privado e espaço público se manifesta aqui por uma ação permanente e simultânea nos dois mundos, familiar e social, e remete a valores comuns que a fundam. Se não há um aconteci-

mento fundador conhecido, é bastante difícil identificar qual desses dois mundos está na origem desses valores: podem ter nascido de um itinerário pessoal anterior à união conjugal; podem ter se originado a partir de uma separação. Assim também, ao mesmo tempo, fica muito claro que os itinerários individuais anteriores, que não pareciam apresentar nenhuma predisposição a essa evolução, encontraram no casamento a ocasião para se revelar e para se expandir. Desse modo, a impossibilidade de separar esses dois mundos, de desfazer essa interação permanente e programada entre história individual e história social, ação individual ou familiar e ação social, nos coloca no centro de um enigma: quem transforma quem? O que transforma o quê? Identificar a origem dessa interação seria útil, mas é preciso identificar também o que a mantém para além das mudanças nas conjunturas privadas e sociais. As “saídas” dessas atividades podem ser a política, a profissionalização ou a semiprofissionalização, no âmbito do privado ou do público, ou uma conquista econômica qualquer. O que é importante revelar, na perspectiva de um espaço de tempo e de duração, são as razões e as justificativas da atividade e o que essa atividade revela sobre as relações, tal como foram operadas pelos atores, entre o espaço privado e os espaços públicos.

O lugar do trabalho como modo de estruturação da relação coletiva com o mundo social é, na maior parte das vezes, intenso. Quando é menos presente (mas jamais ausente), os valores que estruturam a ação social fora do trabalho são da mesma ordem daqueles que estruturam os valores do trabalho: são fundados na mesma preocupação com a justiça e com a redução das desigualdades no mundo social e na necessidade de promoção social coletiva dos atores dominados. Para dar um exemplo concreto de transformação na continuidade: os valores que fundavam a ação sindical dos anos 70-80, se reverteram na ação da democracia participativa municipal nos anos recentes. Passagem algumas vezes anunciada no momento presente por algumas figuras que, diante da impossibilidade de resolver as injustiças do mundo do trabalho e diante de sua grande dificuldade em aceitar a disciplina do trabalho assalariado, se voltaram para a ação local. Em geral, essa continuidade na estruturação do esquema privado assegura sua adaptação às transformações do tempo social e às suas proposições de ação, certamente sem excluir as defasagens e os fracassos.

As práticas e os valores da igualdade doméstica estão na ordem do dia, mesmo quando a divisão do trabalho tradicional se reproduz entre os mais velhos ou é repostada por razões um tanto excepcionais. Essa transformação é bastante evidente em diversas situações. É possível observá-la na flexibilidade

da partilha do trabalho doméstico conforme as conjunturas, ou no lugar importante assumido pelo homem na educação dos filhos, na divisão efetiva das tarefas domésticas, a preocupação de comum acordo com a formação profissional feminina; na expulsão do homem por meio do divórcio por causa de uma recusa em partilhar as tarefas ou numa separação privada de comum acordo em que cada um segue por conta própria um itinerário idêntico àquele perseguido em comum antes da separação, na recusa de um casamento por mulheres que não puderam permanecer por muito tempo com seus companheiros, aceitando sua individualidade pessoal e social.

A observação efetuada a partir dos casos anteriores pode, assim, ser confirmada: a intervenção no mundo social é um fator de emancipação feminina. Uma observação complementar, que já estava presente na categoria precedente, pode ser colocada: o divórcio ou o ato de evitar a união deve ser lido como uma conseqüência dessa emancipação. Ao mesmo tempo, pode-se observar que tanto as mulheres, como os homens agem no mundo social. Trata-se aqui ainda da categoria de pessoas que continuam seu trabalho e que não estão profissionalizadas no trabalho social como “líderes comunitários”. Alguns estão em posição segura no mercado de trabalho, outros estão aposentados, outros em posição de maior incerteza. Tudo se passa como se a acumulação de experiências estivesse cristalizada em “identidades”, o que seria muito difícil de definir de modo genérico, remetendo-os à inelutabilidade da ação no espaço público na qual se enxerta uma experiência privada forte.

Pode-se constatar a evolução atual desses processos observando dois casos opostos. (P) se interessou progressivamente pela política começando a tomar consciência dos problemas do bairro no início dos anos 90. Chegou à região com cinco anos. Operário metalúrgico (soldador) durante os vinte primeiros anos de sua vida profissional, jogador e treinador de futebol durante os fins de semana, se instalou por sua conta como ferreiro, no momento em que percebeu que sua carreira se estagnou, na segunda metade dos anos oitenta. Sua atividade no bairro reavivou sua tomada de consciência dos problemas locais, no mesmo período em que a crise do começo dos anos 90 afetava seu trabalho (tinha encomendas, mas os clientes não pagavam). Durante um período de seis anos (1994-2000), enfrentou uma atividade de ferreiro e uma atividade social centrada na expressão dos jovens (jornal, teatro, esporte, música) e numa iniciação ao diálogo com os adultos, tanto no contexto da escola quanto em qualquer outro contexto associativo. Nesse quadro e com esse espírito, tentou revitalizar e mobilizar uma identidade local, procurando o apoio

dos poderes locais e do comércio local por meio de atividades diversas que pudessem trazer recursos (organização local de festas nacionais), expressões cidadãs (manifestações políticas locais contra a violência) ou identitárias (festas locais). Tornando-se assessor de um vereador municipal e obtendo, por este fato, um trabalho subalterno de funcionário municipal, se consagrou inteiramente a seu trabalho social. Uma crise política provocou a perda de seu emprego municipal e de sua função de assessor (fracamente remunerada). Ofereceu, então, seus serviços a um outro vereador municipal que o aceitou e deu contituidade, como fizera anteriormente, ao seu trabalho social. Acabou de formalizar sua ação fundando uma associação de apoio e de formação de jovens. É, portanto, uma pessoa constituída em uma superfície social própria, na qual os políticos buscam apoio, sobretudo por ocasião das eleições. Apoio esse que ele também procura e que oferece, sem, entretanto, se tornar dependente das estratégias que não aprova, pela mudança freqüente do vereador a quem se vincula. Sua esposa o apoiou nesse trabalho social, desempenhando um papel de execução prática e, também, de aconselhamento permanente, sem jamais procurar partilhar a superfície social que lhe é própria. De seus quatro filhos, entre 20 e 28 anos, três seguem o “caminho do trabalho” clássico (dois operários metalúrgicos, uma assistente em um posto de saúde) e outro tomara, com o seu exemplo mas de maneira independente, um caminho comparável: continuando os estudos, investiu intensamente nos problemas políticos locais ou nacionais.

(Q) teve vários empregos, como sua esposa. Eles se encontraram “em viagem” e moraram em várias cidades do país, adaptando-se com muita facilidade às situações de trabalho e de moradia as mais diversas, até que vieram a se instalar em um dos bairros mais periféricos da cidade, em que (Q) obteve, por meio de uma relação familiar, um emprego de cobrador de ônibus. Ao mesmo tempo encontraram, pela primeira vez em suas vidas, os padres da teologia da libertação, então em declínio em meados dos anos 80, que, em breve, perderiam seus lugares. Foi a primeira vez que sua capacidade de adaptação, muitas vezes confirmada, tomaria um curso mais ativo e até mesmo muito ativo. Assim, quando estavam por volta dos quarenta anos, os dois se engajaram nessa aventura social, ao lado dos jovens: ela voltada para as questões da escola e da droga, ele para as questões do esporte e da saúde. Quando ele perdeu seu emprego, passou a desempenhar em tempo integral, como sua esposa, essas atividades sociais. Ambos foram bem-sucedidos: ela se tornou membro eleito e assalariado do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescen-

te, enquanto ele se tornava assessor de um vereador municipal. Sua rede social coincide em parte com a de sua esposa e, agora, de seu filho, que foi eleito, depois da mãe, para a mesma função. Os dois se encontram em posição de reforço recíproco de sua ação. Os dois continuam a trabalhar, reconhecidamente, nas associações mais poderosas, avalizadas pela municipalidade, que se consagram a essas questões mesmo depois de sua separação conjugal. Mas sua esposa, assim como dois de seus filhos, foram, por assim dizer, profissionalizados na ação social, já que (Q) é mais dependente das imprevisibilidades da política. Os dois outros filhos seguem o percurso de trabalho aleatório dos jovens que entram no mercado de trabalho sem completar os estudos secundários. Pai e mãe seguem um caminho paralelo e coordenado, comparável em todos os pontos, sem dúvida mais intucionalizado do que no caso precedente. Mas suas convicções são sempre elementos motores: elas não parecem ser ditadas pelas exigências de suas posições ou de suas instituições de militância.

Observando assim, no seio de uma geração, a força da ligação entre história privada e história pública, seria pertinente observar, em relação a essas famílias que estiveram no centro de um tempo social bem determinado, a evolução da geração seguinte, especialmente o que adapta e o que rejeita da geração precedente, as interpretações que dá de suas qualidades e de suas insuficiências à luz de seu próprio percurso. Certamente, o olhar da geração seguinte pode ajudar a compreender a história da geração precedente. Essa é uma perspectiva que se pretende desenvolver. Por outro lado, como podem ser estudados os modos de transmissão da geração precedente à geração seguinte? Pode-se dizer, por enquanto, que é nesse contexto familiar que os filhos têm a possibilidade de efetuar as escolhas com o maior esclarecimento possível. Há uma transmissão maleável de uma filosofia de vida; sobre essa base, entretanto, as reinterpretções, confrontadas com tempos sociais diferentes, podem ser múltiplas.

Conclusão

Sobre a unidade das classes populares

Em sua articulação com os espaços públicos, o espaço privado se transforma. Em vinte anos, o trabalho e o sindicalismo não oferecem mais os lugares de integração que ofereciam. O lugar dessas mediações poderosas das relações com o mundo social foi ocupado, de maneira segmentada e parcial, por outras

mediações. A rede familiar, as redes locais, as associações e as ONGs as substituem no que diz respeito ao acesso ao emprego, de modo mais ou menos exitoso; neste momento, revitalizam-se e se ramificam, com base nos recursos ainda segmentados e parciais propostos pelas políticas de emprego e renda da municipalidade, do Estado e da União e até mesmo do sindicalismo. A natureza dos vínculos que se constituem nessas ocasiões depende, em primeiro lugar, da natureza da oferta proposta: pelo seu caráter não universal, pela circunscrição em certas categorias, pela identificação insatisfatória dessas categorias ou, ainda, pela impossibilidade de satisfazer o conjunto da categoria definida, podem se imbricar nas relações mais diversificadas de clientelismo, paternalismo e subordinação. Paradoxalmente, a noção de direitos sociais pode surgir dessa confusão. Os serviços oferecidos pelo poder público são, de qualquer modo, insuficientes para criar uma categoria ou uma identidade negativa dos “assistidos sociais”. Não há, uma visão discriminatória das classes mais pobres por outras camadas que teriam uma condição um pouco melhor. Não há um esquema de “denúncia” do mais pobre pelo menos pobre que procure construir um estatuto simbólico superior em relação a seu vizinho; talvez, porque não existe uma referência a um Estado reconhecido como superior e mediador, ordenador de uma visão hierarquizada da sociedade e, mais particularmente, das camadas mais baixas que dependeriam de sua atenção e seu cuidado. O Estado jamais exerceu autoridade moral suficiente para denunciar a ilegitimidade das favelas ou, menos ainda, para fazer reinar em seu seio a legalidade; na medida em que age, não pode ter como base um registro ético; o registro do Estado se funda, assim, mais na força ou no direito, ou em uma combinação dos dois. Essa espécie de incapacidade de longa duração define, mesmo que em negativo, a unidade das classes populares.

Espaço privado e espaço público na abertura do mundo

O que teria sido, então, modificado pelo processo de democratização, iniciado em 1984? As práticas e representações do trabalho de mediação com o poder e o sistema de representação política, nos quais se inscreve em grande parte o trabalho social, foram igualmente afetadas pelo processo de subordinação do político ao econômico e pelo movimento contraditório de autonomização e reabilitação próprio do político. Para se articular a esse movimento, as famílias podem se apegar aos modos de relação mais tradicionais e mais reconhecidos do mundo político, que se baseiam no clientelismo, ou se apoiar nos

espaços em que se desenvolvem relações construídas pela afirmação dos direitos sociais e da exigência de cidadania. Como a passagem de uma estratégia à outra, de uma cultura à outra nunca é nítida, constituem-se espaços intermediários que misturam essas duas culturas de maneira original. E a intensidade das novas políticas públicas municipais no espaço local e no bairro (políticas de acesso ao emprego e renda, políticas de solidariedade e de assistência, políticas de participação e de ação cidadã), que se mostram mais cidadãs que clientelistas, acaba necessariamente por ocupar um lugar nesse quadro.

O que, ao contrário, parece novo, é o modo de emergência das ONGs e associações no âmbito nacional e internacional: a ação de cidadãos que não encontram respostas na política constituída – mas que pode ser recuperada, em seguida, por essa mesma política constituída – parece estar referida à noção de espaço privado nos dois sentidos do termo: espaço privado como fundador da ética e espaço privado da expressão de necessidades elementares e fundamentais. Para além do aparente jogo de palavras sobre a noção de privado, (privado por oposição ao público e “privado de” por oposição a “rico em”), parece que, atualmente, se passa de um regime da família como regime de privação e de ruptura com o espaço social e político a um regime do espaço privado que se define por suas articulações e contradições com o espaço público, o que põe em questão, ao mesmo tempo, seu próprio isolamento e suas faltas, sua privatização e suas privações. E se, para além da cidade, a relação do cidadão com o planeta não pode se efetivar sem novas mediações – elas também manipuláveis pelos poderes constituídos –, pode-se observar uma tensão entre, de um lado, o mundo daqueles que foram privados de suas necessidades e que tentam estabelecer entre si essas mediações inéditas para que as possam impor e exprimir e, de outro, o mundo daqueles que querem reproduzir, ou dispor do *status quo* em seu benefício. A origem das necessidades, tanto das mais elementares como das mais planetárias, não determina o destino social e político, mas ela continua sendo uma matriz viva e capaz de refundação, em uma história marcada pela incerteza.

Quais regimes de abertura são possíveis?

Essas incertezas, em conjunto com a ausência ou a má qualidade das respostas do Estado, que atesta em negativo a unidade das classes populares, recobrem, porém, uma grande diversidade de posições destas últimas: a intensidade da privação de suas necessidades não é idêntica. Para tomar apenas o

exemplo do trabalho, há grandes diferenças de situação entre aqueles que continuam privilegiados pela manutenção de seu emprego nas ilhas virtuosas da produção mundializada, como a indústria automobilística, e que são levados a entrar no jogo de uma solidariedade de “ricos” na empresa, em especial no que se refere às suas próprias lutas, e aqueles que vivem desempregados, do trabalho informal ou na miséria. Pode haver uma forte tensão entre essas camadas sociais na medida em que, em uma percepção do conjunto da realidade social, a visão e o sentimento de um progresso comum desapareceram e foram substituídos pela observação do crescimento das desigualdades. De onde podem surgir as ligações entre essas duas categorias sociais, para além de seus interesses imediatos respectivos, senão de convicções que surgem de uma ordem, a ordem de uma visão da sociedade em que a paixão pela igualdade substituiu a paixão pela liberdade, paixão que a democracia política garante, cada vez menos, paixão apoiada em uma ética privada ou íntima, religiosa ou política. As lacunas da política já foram enfatizadas, mas vale dizer que o ascenso do religioso parece se efetuar de maneira contraditória entre, de um lado, a afirmação de sua independência em relação ao mundo social, o que se desdobra na aceitação de um *status quo* e, por outro lado, na afirmação de fundamentalismos com pretensões universais, ainda que amplamente segmentadas. Quais seriam, então, as capacidades de refundação do íntimo o do privado?

Um novo modelo: a interatividade do espaço privado como condição de acesso ao espaço público?

As práticas do trabalho informal são ordenadas por uma linha de grande homogeneidade entre as experiências dos homens e das mulheres: experiência aleatória dos “viradores”, que passam de uma atividade a outra, incorporando ao princípio de seu funcionamento um destino de instabilidade, experiência dos semi-assalariados das empresas de subcontratação de atividade irregular, experiência de microempresas familiares estabilizadas ou perpetuamente recomeçadas, sem falar da experiência das mulheres que retomam uma atividade produtiva qualquer substituindo um marido, presente ou ausente, vencido ou desmoralizado, pelo mercado de trabalho, e da experiência daquelas que, por meio de associações ou de programas municipais, empreendem uma atividade coletiva nas cooperativas. Sua experiência de trabalho sai do espaço doméstico e se torna comparável à do homem. A experiência desses homens se enriquece igualmente com práticas novas e socialmente desvaloriza-

das. E as representações as seguem, mesmo quando resistem por mais tempo. Resistem, entretanto, sobretudo aos olhos do mundo social e muito menos no quadro da intimidade doméstica. O homem que acaba realizando trabalhos de costura ou de confecção de bibelôs em casa, à vista de toda família, pode se sentir socialmente desvalorizado, já que não comenta com ninguém, mas ele não se sente desvalorizado. E não há mais homens privilegiados pela sorte que possam dizer, no momento presente, o mesmo que diziam há vinte anos: “graças a Deus, minha mulher não trabalha”. Entretanto, há aqueles que escondem, mascaram essa igualdade e aqueles que a tomam sob sua responsabilidade.

Como definir a linha de demarcação entre aqueles que vêm como o mundo se transforma e julgam que podem se adaptar a ele, tentando modificá-lo, ou que desejam simplesmente modificá-lo, e aqueles que julgam que essas mudanças são muito pesadas ou muito leves, que julgam que um engajamento pessoal é aleatório demais e, ao mesmo tempo, inoportuno? A incerteza das escolhas se consitui com base na incerteza dos fatos, mas também, certamente, sobre a experiência social. E o recuo para o espaço privado pode aparecer como a solução mais segura ou mais propícia à reflexão, na expectativa de uma eventual intervenção no espaço público. Apóiam essa afirmação as observações de uma duração (relativamente) longa. Esse recuo parece, com efeito, se organizar como resistência, na medida em que ele se redefine como lugar de apreciação e de julgamento do espaço público. Todas as gamas desse julgamento são possíveis: indiferença, desdém, hostilidade ou rancor, mas o julgamento é sempre normativo, pois designa em positivo ou negativo o que deveria ser. Não é difícil identificar a natureza desse movimento de distância e de julgamento (que existiu sempre de um modo satírico e por vezes ambíguo), ainda que seja mais difícil identificá-la no momento presente. Mas o mais importante talvez seja que, ligado a essa mesma natureza (autonomia em relação ao espaço público), um sujeito feminino possa se exprimir. Se esse julgamento estava anteriormente reservado aos homens, que eram os únicos a ter legitimidade de ação no espaço público, **ele pode, doravante, ser emitido a partir do espaço privado, tanto pelas mulheres quanto pelos homens**. Essa mudança nos parece fundamental, de um lado, porque quebra as barreiras invisíveis instituídas nas representações da casa e da rua que estão na base da divisão sexual do trabalho e da separação dos espaços privados e públicos. Por outro lado, porque a introdução de um ponto de vista “privado” modifica, a longo prazo, a “natureza” do espaço público.

Pensar a democracia econômica: o espaço privado como fonte do político?

As transformações contemporâneas permitem observar que o espaço público político é incapaz de se reformular ou de empreender por si mesmo sua transformação: tanto no espaço restrito de suas próprias regras de representação ou de participação, que é um espaço controlado a distância pelo econômico, quanto no espaço mais amplo das relações entre a política e a economia, em que o enfrentamento é direto e o político fica em desvantagem. Da mesma maneira que o econômico, que se engaja em uma espiral narcísica se definindo como o único que se legitima ao construir a ética da sociedade como um todo, o político não pode se construir em um narcisismo auto-referente: mesmo quando o espaço da democracia participativa continua aberto, ele se esteriliza ao se isolar em um diálogo fechado com a democracia representativa. Para se vincular à construção da democracia econômica, o político tem necessidade de incorporar um referente exterior que tem algo a ver com o espaço privado ou com problemas considerados até aqui como privados. A necessidade de ética na esfera política não pode simplesmente ter origem nas reivindicações que se tornaram, neste momento, encantatórias sobre a democracia e a cidadania; ao contrário, estas últimas devem se alimentar no espaço privado. Mesmo se esse espaço multiforme parece ambíguo, é de sua interação recíproca com o espaço público que nasce uma representação da realidade social cada vez mais nítida atualmente: a necessidade de expressão do sujeito no espaço privado tem forçosamente que se expressar no interior do espaço público; **a necessidade do sujeito no espaço público tem que se utilizar de recursos da ordem do privado caso esse espaço privado chegue a se autonomizar.** Essa expressão e essa vinculação têm a capacidade de relegitimar a política; a legitimidade do político parece ser mensurada, de agora em diante, por suas categorias de incorporação e de tradução na esfera pública, das “verdades e valores” do espaço privado,²³ de um espaço privado constituído de sujeitos, e não o seu

²³ Pode aqui haver um paralelo a ser feito entre os modelos políticos “em desenvolvimento” e os modelos “em desconstrução”: entre o crescimento lento e contínuo, durante mais de 20 anos do Partido dos Trabalhadores que se define por processos, métodos, atividades no âmbito municipal em nome de uma inversão das prioridades em favor dos mais pobres, muito mais do que por programas em âmbito nacional e, de outro lado, pelo crescimento contínuo da abstenção eleitoral e ainda, segundo as conjunturas, os votos de revolta contra “os políticos” ou em favor da extrema direita, na França, assim como na Europa. O ponto de chegada que se observa atualmente no Brasil quando o Partido dos Trabalhadores passa da contestação à gestão, da militância ao poder e ao governo, assinala com clareza essa desvinculação com o seu compromisso inicial.

contrário, o espaço privado do individualismo privado, da satisfação do consumidor, da democracia emotiva ou populista, elementos que também integram o universo privado, simples reflexos, contudo, do *laissez-faire* do neoliberalismo econômico e de uma democracia política que lhe é, em larga medida, subordinada.

É nesse sentido que o jogo de constituição do sujeito privado, ou do espaço privado, parece central, no momento mesmo em que alguns dos novos atores da mediação social foram levados aos lugares da fragilidade do político para tentar reconstruí-lo, tomando consciência de que a força da sociedade civil deve se enraizar nos valores formulados pelo espaço privado. Trata-se de um novo regime de potencialidades entre o espaço privado e o espaço público.²⁴ Será necessário, então, observar as “novas cenas” e construir novos cenários em que sejam operantes as articulações entre o espaço privado, como espaço de autonomia, e os espaços públicos.

²⁴ A propósito da abordagem biográfica, P. Bourdieu observa que ela permite compreender “os desconfortos não expressos e freqüentemente inexprimíveis que as organizações políticas, que só dispõem das categorias ultrapassadas do ‘social’ não podem nem perceber nem, com mais razão, aceitar conscientemente. Elas só poderiam fazê-lo sob a condição de alargar a visão limitada do ‘político’ que herdaram do passado... e de inscrever aí... todas as expectativas e esperanças difusas que, porque tangenciam a idéia de que as pessoas se fazem por sua identidade e sua dignidade, parecem participar da ordem privada, sendo portanto legitimamente excluídas dos debates políticos”. BOURDIEU, P. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993, p. 942.

Cabanes Robert.

Espaco privado e espaco publico : o jogo de suas
relacoes.

In : da Silva Telles V. (ed.), Cabanes Robert (ed.), Veloso
Hirata D., Alves da Silva E., César de Magalhaes J. Nas
tramas da cidade : trajetorias urbanas e seus
territorios. Sao Paulo : Associacao Editorial Humanitas,
2006, p. 389-428.

(Estudos Urbanos). ISBN 85-98292-87-7